



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº 59337/21

EXERCÍCIO: 2022
SUBCATEGORIA: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de Catingueira
DATA DE ENTRADA: 03/08/2021
ASSUNTO: Encaminhamento de LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
relativa ao exercício de 2022.
INTERESSADOS: Suelio Felix de Alencar



CATINGUEIRA – PB, TERÇA-FEIRA 03 DE AGOSTO DE 2021

TIRAGEM: 10

LEIS

REPUBLICAÇÃO

LEI Nº 639, DE 21 DE JUNHO DE 2021

ESTABELECEM DIRETRIZES
E METAS
ORÇAMENTÁRIAS PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO
DE 2022 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DESTE MUNICÍPIO, Estado da PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e em atenção ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, bem como em consonância com o artigo 35, parágrafo 2º, inciso II, do ADCT, da Constituição Federal de 1988, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal e com base no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, estabelece as diretrizes orçamentárias do Município para o **exercício de 2022**, compreendendo:

- I.As propriedades da administração pública municipal;
- II.A estrutura e organização do orçamento anual;
- III.As diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas eventuais alterações;
- IV.As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V.As disposições relativas à dívida consolidada e seus respectivos encargos;
- VI.As disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal;
- VII.Outras disposições gerais sobre orçamento.

CAPÍTULO II

DAS PROPRIEDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º - As metas e prioridades da administração pública municipal, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício financeiro de 2020, embora não se constituam limites à programação das despesas, serão assim fixadas:

- I.Em relação à Câmara Municipal: modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;
- II.Em relação ao Poder Executivo:
 - a. Melhoria e ampliação da infraestrutura e oferta de serviços básicos, nos segmentos:

1. De educação - com melhoria do ensino, oferta de vagas no ensino regular fundamental, para todas as crianças em idade escolar;

1) Texto da Lei. Doc. 59337/21. Data: 03/08/2021 16:06. Responsável: Suelio F. de Alencar.
Impresso por convidado em 18/01/2022 13:27. Validação: 82E0.1DD7.715C.09EC.F90E.58F6.C11C.F618.

2. De saúde e saneamento - com restauração da rede física e elevação dos níveis de atendimento, visando à melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;
3. De promoção social à família, à criança e ao adolescente;
4. De incentivo aos trabalhos rurais;
5. De apoio aos programas de melhorias populares;
6. De ampliação de oferta de emprego e renda à população;
7. De recuperação e conservação do meio ambiente;
8. De desenvolvimento, em articulação com os governos estadual e federal, de programas voltados a implementação de políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-culturais e artísticas.

b. Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de:

1. Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;
2. Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;
3. Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação.

c. Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:

1. Do desenvolvimento da agropecuária;
2. Da indústria, com ênfase em pequenas e micro empresas;
3. Do desenvolvimento da produção mineral.

d. Ações administrativas que objetivem:

1. A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando a otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;
2. A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.

Art. 3º - Para consecução das prioridades previstas no art. 2º, o orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

NA ÁREA SOCIAL:

a. Na educação e cultura:

1. Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;
2. Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em 100%;
3. Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 100% dos professores da rede municipal;
4. Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em 90%;

5. Redução à zero da taxa de evasão escolar, implementando o programa de garantia de bolsa escola e de esporte e laser;
6. Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais;
7. Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
8. Expansão das atividades de educação física e desporto para mais escolas da rede Municipal de ensino;
9. Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do município;
10. Apoio à atividades e extensão universitária;
11. Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e do (a) padroeiro(a).

b. DA SAÚDE PÚBLICA:

1. Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo pela metade o índice de mortalidade infantil.
2. Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;
3. Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
4. Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;
5. Manutenção dos Programas Básicos de Saúde na Família;
6. Manutenção dos Programas de Saúde na Família.

c. DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO:

1. Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
2. Construção e melhoria de casas populares.

d. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

1. Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
2. Ampliar os programas de assistência comunitária;
3. Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;
4. Estimular programas de assistência comunitária;
5. Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros;
6. Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda;
7. Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
8. Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

II. NA ÁREA ECONÔMICA:

a. AGROPECUÁRIA:

1. Assistência e incentivo à produção agrícola;
2. Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuição com agricultores carentes;
3. Fortalecimento do pequeno produtor rural;
4. Distribuição de sementes ao pequeno produtor;
5. Combate à seca e à pobreza rural.

b. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO:

1. Apoio às pequenas e micro empresas do município;

III. NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA:

a. RECURSOS HÍDRICOS:

1. Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação;

b. TRANSPORTES:

1. Conservação e apoio à malha rodoviária municipal;

c. ENERGIA:

1. Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;
2. Manutenção da eletrificação urbana e rural;

d. SERVIÇOS URBANOS:

1. Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
2. Ampliação e manutenção da coleta de lixo;
3. Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;
4. Arborização da cidade;

Parágrafo Único - Parte integrante desta Lei, o anexo que estabelece a fixação das Despesas de Capital, para o **exercício de 2022**.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I. Programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando à realização dos objetivos pretendidos, em consonância com o plano plurianual;

II. Atividade: um instrumento de programação destinado a alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações de caráter contínuo e permanente, dos quais resulte um produto característico da ação do governo.

III. Projeto: um instrumento de programação necessário para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, de que decorra a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.

IV. Operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta em produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou de serviços.

Parágrafo 1º - Cada programa deverá identificar as ações necessárias para atingir

os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as respectivas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Parágrafo 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em metas específicas, com localização física integral ou parcial, em relação as quais não poderá haver alteração na finalidade ou na denominação.

Parágrafo 3º - Cada atividade, projeto ou operação especial deverá indicar a função e a subfunção a que se vincula.

Parágrafo 4º - A lei do orçamento identificará as atividades, projetos e operações especiais, por categoria de programação e respectivos subtítulos, com indicação de suas metas físicas.

CAPÍTULO III**DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto de:

- I.Mensagem;
- II.Projeto de Lei do Orçamento;
- III.Tabelas explicativas;

Parágrafo 1º - A mensagem que encaminhar ao projeto de lei orçamentária anual conterá:

- a. Exposição circunstancial da situação econômica e financeira do Município;
- b. Exposição e justificativa da política econômico-financeira;
- c. Justificativa da receita no tocante ao orçamento de capital;

Art. 6º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária delatando-a, por categoria de programação, em seu menor nível, com as respectivas dotações, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme a seguir discriminados:

I.DESPESAS CORRENTES

- a. Pessoal, e encargos sociais;
- b. Renegociação das dívidas e pagamentos de juros e demais encargos decorrentes;
- c. Pagamento de precatórios judiciais e de outras obrigações legais;
- d. Outras despesas correntes.

II.DESPESAS DE CAPITAL

- a. Investimentos;
- b. Inversão financeira;
- c. Amortização da dívida consolidada;
- d. Outras despesas de capital.

CAPÍTULO IV**DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES****Seção I****Das Diretrizes Gerais**

Art. 7º - Na elaboração do orçamento fiscal para o exercício de **2022** deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

As despesas deverão ser orçadas a **preço de Julho de 2021**;

- I.O chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de Junho do corrente ano, a previsão de receita e respectiva memória de cálculo **para o ano de 2022**;
- II.A Mesa da Câmara encaminhará ao Prefeito Municipal, **até 31 de julho do corrente exercício**, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal **para o exercício de 2022**, observadas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000;

III.O Prefeito do Município encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o **exercício de 2022**, até 15 de Setembro de **2020**;

IV.A Câmara Municipal deverá devolver para sansão do Chefe do Poder Executivo o projeto com os respectivos autógrafos, **até 15 de dezembro 2021**;

V.O Prefeito deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e publicá-la até 5º dia útil de Janeiro de 2022.

VI.A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá:

- a. Ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- b. Consignar, sob o título de "**RESERVA DE CONTIGÊNCIA**", dotação genérica no valor de **2% (dois por cento)** da Receita Corrente Líquida;

VIII.Na Lei Orçamentária, a receita prevista e a despesa fixada deverão obedecer à classificação constante dos anexos 2 e 6 da Lei 4.320, de 17 de Março de 1964;

IX.Para a reserva de contingência tenha realidade material, durante o **exercício financeiro de 2022**, somente poderão ser comprometidos 99,5% (Noventa e Nove Inteiros e Cinco Décimos por Cento), da receita com as despesas orçamentárias;

X.Durante a execução orçamentária a RESERVA DE CONTIGÊNCIA só deverá ser utilizada para:

- a. Financiar passivos contingentes de natureza emergencial ou de valor imprevisível quando da elaboração da lei orçamentária;
- b. Pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representam riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;
- c. Cobrir frustração de arrecadação de receita de transferências, que deveria ser empregada em projetos ou atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixada para o **ano de 2022**.

Art. 8º - O projeto da lei orçamentária a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal será constituído de:

- I.Texto da lei;
- II.Quadros orçamentário consolidado;
- III.Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta lei e nas demais leis federais que regem a espécie;
- IV.Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do Art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 9º - O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o **ano de 2022**, em valores correntes e em termos de percentual da receita líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 10º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de **2022** deverá ser realizada de modo a evidenciar a melhor transparência na gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 11º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de **2022** deverão levar em conta, ainda, a obtenção de superávit primário, a ser demonstrado no anexo de Metas Fiscais, observados, contudo, o que dispões a respeito o parágrafo único do art. 7º antecedente.

Art. 12º - O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2022, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária mais transferências constitucionais realizadas no ano de 2021, em observância, ainda, aos princípios da emenda constitucional nº 24/2000.

Art. 13º - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei do orçamento e em seus créditos adicionais será feita de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 14º- A cada programa das áreas de educação, saúde e assistência social previstos no orçamento, deverá ser associado um PRODUTO, medido segunda unidades não monetárias, tendo custo unitário estimado igual ao total das dotações previstas no orçamento para o programa, dividido pelo número de unidades físicas previstas.

Parágrafo 1º - Por unidades físicas entendem-se as unidades do produto esperado pelo emprego de recursos públicos, a exemplo do número de alunos matriculados, número de atendimentos odontológicos, número de consultas médicas, número de famílias assistidas e assim por diante.

Parágrafo 2º - Ao final do exercício, o custo unitário será representado pelo valor da despesa realizada no programa, dividida pelo número de unidades efetivamente produzidas.

Parágrafo 3º - Até 31 de Janeiro de 2022, o Chefe do Poder Executivo Municipal fará divulgar custo unitário revisto, o custo unitário realizado, o produto obtido na execução do programa, a quantidade estimada e a quantidade realizada.

Parágrafo 4º - Divulgará, também, o total das despesas realizadas pela administração pública e o total dos gastos na realização dos programas das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 15º - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades de natureza continuada que preencham uma das seguintes condições:

- I. Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;
- II. Sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, bem como ao art. 61 de suas Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Parágrafo 1º - A habilitação ao recebimento de subvenções sociais por parte de entidades privadas sem fins lucrativos dar-se-á mediante apresentação de declaração, que comprove seu regular funcionamento nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2020 por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Parágrafo 2º - As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante celebração do convênio, obrigando-se o beneficiário à prestações de contas e a obedecer, na formalização dos respectivos instrumentos e na liberação de recursos, e as regras, art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

Parágrafo 3º - É vedada a inclusão no orçamento de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 16º - É vedada, também, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "AUXÍLIOS" a entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que:

- I. Prestem atendimento direto e gratuito ao público e estejam voltadas para o ensino especial junto à comunidade escolar municipal do ensino fundamental ou equivalente;
- II. Estejam voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, ou que estejam registradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
- III. Sejam consórcios intermunicipais de saúde, ou equivalente, constituídos exclusivamente por entes públicos, que participem da execução de programas nacionais de saúde;
- IV. Sejam qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 17º - A execução das ações de que tratam os artigos 13 e 14 desta Lei fica condicionado, entretanto, à autorização exigida pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

Art. 18º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do orçamento municipal, a qualquer título, sujeitem-se à fiscalização pelo Poder concedente, com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Seção II

Das Diretrizes do Orçamento de Investimentos

Art. 19º - O orçamento de investimento, previsto para cada órgão, deverá constar, necessariamente, do plano plurianual de investimentos, bem como nos demonstrativos orçamentário, destacando-se, pelo menos:

- I. Os investimentos correspondentes à aquisição de bens móveis e/ou construção de bens imóveis;
- II. Os investimentos financiados com recursos originários de operações de crédito vinculados a projetos específicos, quando for preciso.

Parágrafo Único - Só serão incluídas na proposta orçamentária dotações para investimentos, se forem consideradas prioritários para o município ou atendem às exigências desta lei.

Art. 20º - Na programação de investimentos serão observadas, ainda, as seguintes prioridades:

- I. Inclusão de projetos em andamento;
- II. Inclusão de projetos em fase de conclusão.

Parágrafo Único - Não poderá ser programado investimentos à custa de anulação de dotações de projetos em andamento, desde que executados em pelo menos 10% (dez por cento).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 21º - O orçamento fiscal compreenderá a despesa com pessoal de todos os órgãos dos poderes do Município.

Parágrafo Único - Consideram-se despesas com pessoal, para fins previstos neste artigo:

I.A remuneração dos agentes políticos;

III.Os vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos do Município; as obrigações patronais;

IV. As demais despesas, assim consideradas pela nº 101/2000.

Art. 22º-As despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo, da Câmara Municipal e respectivos encargos sociais, obedecerão aos limites máximos previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 23º - Se a despesa total com pessoal e encargos de qualquer dos Poderes do Município ultrapassar os limites de que trata o artigo precedente, o chefe do Poder Executivo adotarás as providências previstas no art. 23 da mencionada Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com vistas a reduzi-la aos limites máximos permitidos por lei.

Art. 24º - O projeto de lei orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o **exercício financeiro de 2022**, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Parágrafo 1º - As despesas com pessoal e encargos sociais no **ano de 2022** não poderão ultrapassar, em percentual da receita corrente líquida. O montante estimado para o **exercício 2020** acrescido de até 20% (vinte por cento), se este for inferior ao limite estabelecido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo 2º - Na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais **em 2022**, o Poder Executivo e a Câmara Municipal observando o art. 71 da referida LC nº 101/2000, terão como limites a despesa da **folha de pagamento de abril de 2021**, projetadas para o exercício, considerando-se os eventuais acréscimos legais, as alterações na estrutura organizacional e no plano de carreira dos servidores públicos municipais, as admissões para preenchimento de cargos efetivos através da mobilização de concurso público e a revisão geral de salários, que, sem distinção de índice, acaso venha de ser concedida, sem prejuízo da observância ao disposto no parágrafo 1º deste artigo.

TÍTULO VI

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25º - A lei municipal, que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovada se, atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 26º - Na estimativa do receitado projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas que objetivem alterar a legislação tributária municipal, as quais venham estar em tramitação na Câmara Municipal até a aprovação do orçamento de **2022**.

Parágrafo 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamento:

I.Serão identificadas as alterações propostas na legislação tributária e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada proposta e seus dispositivos. Será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação tributária.

Parágrafo 2º - Caso a proposta de alteração na legislação tributária não seja aprovada, ou somente o seja parcialmente, até o envio do projeto de lei do orçamento para sanção do Prefeito, de sorte que em decorrência disto não possam ser realizadas as receitas esperadas, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto executivo, até trinta dias após sanção da lei orçamentária.

Parágrafo 3º - Também por decreto, a ser editado no mesmo prazo do parágrafo anterior, o Chefe do Executivo promoverá a substituição das fontes de recursos condicionadas, constantes do orçamento sancionado, decorrentes de alterações na legislação tributária municipal, aprovada antes de encaminhamento do projeto de lei orçamentária para sanção, pelas respectivas fontes de receita definitivas.

Parágrafo 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27º - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Prefeito Municipal divulgará o cronograma mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o **exercício de 2022**.

Art. 28º - Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou acaso seja necessária a limitação de empenho de dotações e da movimentação financeira, para se fazer face às metas de resultado primário, em observância aos princípios do art. 9º da

Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitações para o conjunto de projetos ou de atividades orçados e calculados de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados conjuntos, excluídos as despesas cuja execução se constitua obrigação constitucional ou legal, observando-se, ainda:

- I.O Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal determinarão por atos próprios a limitação de empenho;
- II.A limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesas deverá se dar no montante equivalente à diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;
- III.O Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal limitarão suas despesas em valor proporcional à participação de cada um no montante das dotações relativas aos projetos, atividades ou operações especiais a serem afetados com a medida, na forma estabelecida no "caput" deste artigo;
- IV.As despesas com pessoal e encargos, bem como os referentes ao pagamento do principal e encargos da dívida, não serão objetos de limitação.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Mesa da Câmara, mediante apresentação de memória de cálculo, premissas, parâmetros e as justificativas do ato, o montante que caberá ao legislativo limitar seus empenhos, e movimentações financeiras.

Art. 29º - As ajudas financeiras e doações concedidas a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com lei municipal específica.

Art. 30º - É vedado consignar no orçamento municipal **para 2022** dotações para subvenções econômicas, ressalvadas as que se destinam a incentivar atividades econômicas voltadas para a geração de emprego e renda, hipótese em que a execução da despesa deverá estar autorizada por lei específica.

Art. 31º - São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesas, visando à viabilidade a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - Caberá à contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

Art. 32º - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento das despesas será acompanhado de:

I – Estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e que seja compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art.33º - Fica o Poder Executivo autorizado a alocar recursos na LOA destinados a financiar despesas de competência do Governo do estado da Paraíba, através de Convênio firmado com a Secretaria de Segurança Pública.

Art. 34º - Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro, do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às atividades, projetos ou as operações especiais pertinentes aos objetivos e metas, previstos nos artigos 2º e 3º, desta lei, podendo ser executados como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês.

Art. 35º - O ANEXO DE METAS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para o **exercício financeiro de 2022**, as prioridades da administração na forma dos anexos abaixo discriminados:

Anexo I - Metas Anuais;

Anexo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Anexo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos exercícios anteriores;

Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo V - Origem de aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos;

Anexo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;

Anexo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

Anexo IX - Margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 36º - O ANEXO DE RISCOS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para evidenciar passivos contingentes e outros riscos fiscais, no decorrer do exercício de 2022.

Art. 37º - O Poder Executivo enviará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei criando o Conselho de Gestão Fiscal de que trata o art. 67 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 38º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 39º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catingueira/PB, 21 de junho de 2021.

Suelio Felix de Alencar.

SUELIO FELIX DE ALENCAR

Prefeito

PORTARIA

PORTARIA Nº 167/2021

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL TEMPORARIA, PARA RECEBIMENTO, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS 005/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições e prerrogativas legais e tendo em vista o que consta na Lei organiza do Município e da Lei Federal nº.10.520 de 17 de Julho de 2002 e Lei 8.666/93 de 07 de junho de 1993, devido ausência dos Senhores Welington Pereira de Souza e João Paulo Alves de Arruda.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o servidor do quadro efetivo o Sr. Wanderley Oliveira Lopes portador do CPF: 085.999.074-50 e RG: 3505232 SSP/PB, como suplente da Comissão Permanente de Licitação, compondo a mesma, exclusivamente na sessão a ser realizada nesta data de hoje 03 de agosto de 2021, as 08:30, referente a Tomada de Preços nº 005/2021, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de infraestrutura de pavimentação em paralelepípedo visando atender ao Contrato de Repasse-CEF nº 1064750-33 – SICONS Nº 885165/2019 do município de CATINGUEIRA/PB, conforme especificações do edital e seus anexos.

Art.2º. Essa portaria terá vigência até conclusão do processo licitatório citado no artigo primeiro.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se,

Publique-se.

Catingueira-PB, 03 de agosto de 2021.

Suelio Felix de Alencar.

SUELIO FELIX DE ALENCAR

Prefeito

PORTARIA Nº 168/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE CATINGUEIRA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 613/2019 de 23 de outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR CONSELHEIRA, a representante da Sociedade Civil do seguimento Trabalhadores do SUAS, que compõem o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do município de Catingueira - PB nomeada pela Portaria nº 0054/2021 de 28 de janeiro de 2021, abaixo relacionada:

- **Suplente:** Jailma Alves de Souza

Art. 2º - NOMEAR CONSELHEIRA, representante da Sociedade Civil do seguimento dos Trabalhadores do SUAS, conforme a Lei Municipal nº 613/2019

de 23 de outubro de 2021; para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do município de Catingueira-PB, para mandato vigente (Gestão 2021/2023) abaixo designadas:

- **Suplente:** Milena Lima da Silva

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se.

Catingueira-PB, 03 de agosto de 2021.

Suelio Felix de Alencar

SUELIO FELIX DE ALENCAR

Prefeito

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Fixada
01.000 CÂMARA MUNICIPAL	
01 031 1001 1001 REFORMA DO PRÉDIO SEDE E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	22.000,00
01 031 1001 2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS - PESSOAL/ENC. SOCIAIS	673.620,00
01 031 1001 2002 MANUTENÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	203.940,00
Total da Unidade:	899.560,00
02.000 GABINETE DO PREFEITO	
04 122 1002 1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O GABINETE DO PREFEITO	90.000,00
04 122 1002 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	309.710,00
04 122 1002 2004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	5.630,00
Total da Unidade:	405.340,00
03.000 SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E CORREGEDORIA	
04 122 1002 2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO MUNICIPAL	68.572,00
Total da Unidade:	68.572,00
04.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04 122 1002 1003 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	6.000,00
04 122 1002 2006 CONTRIBUIÇÃO PARA A FAMUP E OUTRAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS	8.000,00
04 122 1003 2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	235.232,00
04 122 1003 2008 REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PUBLICOSS	30.000,00
Total da Unidade:	279.232,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Fixada
05.000 SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
28 841 1005 0001 AMORTIZAÇÃO DO ENCARGO E JUROS DA DÍVIDA DO INSS	200.000,00
28 841 1005 0002 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA JUNTO A CAGEPA	5.000,00
28 841 1005 0003 PAGAMENTO DE PARCELAMENTOS DIVERSOS	10.000,00
28 846 1005 0004 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS BLOQUEIOS JUDICIAIS	20.000,00
09 271 1003 2009 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS INSS	700.000,00
04 122 1003 2010 PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES DO PASEP	177.350,00
04 123 1002 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	220.000,00
Total da Unidade:	1.332.350,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Fixada
06.000 SECRETARIA DE SAÚDE	
06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10 301 1009 1004 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	150.000,00
01 301 1009 1005 AQUISIÇÃO DE EQUIP. MÉDICOS, HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS	60.000,00
10 301 1009 1006 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E REFORMA DA SEC. DE SAÚDE	120.000,00
10 305 1009 1007 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS	100.000,00
10 301 1009 2012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	2.517.140,00
10 301 1009 2013 COFINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DO SUS	120.000,00
10 302 1009 2014 MANUTENÇÃO DA SUBVENÇÃO à FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO	12.000,00
10 301 1009 2015 INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPACITAÇÃO PONDERADA	456.390,00
10 301 1009 2016 INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS - SB/CEO	212.190,00
10 301 1009 2017 PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS - SUS	245.520,00
10 301 1009 2018 INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - PMAQ	80.110,00
10 301 1009 2019 PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DA APS	48.000,00
10 301 1009 2020 APOIO À MANUTENÇÃO DOS POLOS DE ACADEMIA DE SAÚDE	36.000,00
10 303 1009 2021 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - SUS	29.600,00
10 302 1009 2022 SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS SAMU 192	263.030,00
10 302 1009 2023 TETO MUN. DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBUL. E HOSPITALAR	1.180,00
10 304 1009 2024 AÇÕES ESTRUTURANTES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PVISA - SUS	13.520,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Fixada
06.000 SECRETARIA DE SAÚDE	
06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10 305 1009 2025 VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAÚDE	54.440,00
10 301 1009 2026 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS	80.000,00
08 244 1009 2027 INCREMENTO FINANCEIRO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE.	150.000,00
10 301 1009 2030 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE COMBATE AO CORONAVÍRUS (COVID 19)	200.000,00
Total da Unidade:	4.949.120,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Fixada
07.000 SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	
26 782 1006 1008 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, PASSAGENS MOLHADAS E MATA-BURROS	80.000,00
15 451 1008 1009 CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS E CANTEIROS	25.000,00
15 451 1008 1010 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORAM DE PRÉDIOS PÚBLICOS	40.000,00
15 451 1008 1011 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS - PRÉDIOS E TERRENOS	35.000,00
15 451 1008 1012 IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE PAVIMENTAÇÃO	90.000,00
17 512 1008 1013 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	130.000,00
15 511 1008 1014 IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES	56.500,00
15 452 1008 1015 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE INFRAESTRURA	15.000,00
15 451 1008 1016 OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO ESTRADAS VICINAIS	253.000,00
15 451 1008 1017 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	80.000,00
15 452 1008 2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INFRAESTRUTURA	1.200.780,00
15 452 1008 2034 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	350.000,00
25 451 1008 2036 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	270.000,00
Total da Unidade:	2.625.280,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Fixada
08.000 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO	
08 244 1015 2037 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO	300.000,00
08 243 1014 2038 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	96.000,00
08 244 1015 2039 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
08 244 1015 2042 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ALIMENTAR	60.000,00
Total da Unidade:	466.000,00
08.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08 244 1015 1018 ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERV. DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	20.000,00
08 244 1015 2040 BENEFÍCIOS EVENTUAIS	128.000,00
08 244 1015 2041 PROG. DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE TRABALHADORES DO SUAS	12.000,00
08 244 1015 2043 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE (CREAS)	48.000,00
08 244 1015 2044 ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF	30.830,00
08 244 1015 2045 COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DO SUAS	120.000,00
08 244 1015 2046 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNAS	20.000,00
08 244 1014 2047 FORTALECIMENTO DAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL - CMAS	5.700,00
08 244 1015 2048 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PBF/SCFV/CRAS	93.860,00
Total da Unidade:	478.390,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Fixada
09.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	
20 304 1006 1019 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE MATADOURO PÚBLICO	40.000,00
18 544 1006 1020 CONSTRUÇÃO DE AÇUDES E BARRAGENS, POÇOS, CISTERNAS E TANQUES DE PEDRAS	90.000,00
17 605 1006 1021 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA ZONA RURAL	85.000,00
20 606 1006 2051 MANUTENÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO	215.600,00
20 606 1006 2052 PROGRAMA DE APOIO AO PRODUTOR RURAL E AO PESCADOR	40.000,00
20 606 1006 2053 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE CORTE DE TERRA NO MUNICÍPIO	50.000,00
20 605 1006 2054 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE LOCAÇÃO DE CAROS-PIPA	80.000,00
Total da Unidade:	600.600,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Fixada
11.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12 361 1011 1022 CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMA DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL	280.000,00
12 361 1011 1023 AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR - FNDE	128.000,00
12 361 1011 1024 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS P/ O ENS. FUNDAMENTAL	50.000,00
12 365 1011 1025 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE ESCOLAS DE EDUC. INFANTIL	280.000,00
12 368 1011 1026 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	50.000,00
12 368 1011 1033 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL EDUCAÇÃO	40.000,00
12 365 1011 1034 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	50.000,00
12 361 1011 1035 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE ESTRUTURA ESPORTIVA EM ESCOLAS	188.300,00
12 368 1011 2028 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	3.350,00
12 361 1011 2029 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ESTADO	58.000,00
12 361 1010 2055 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - FNDE/MDE	86.400,00
12 361 1011 2056 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO - FNDE	94.520,00
12 361 1011 2057 PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	40.330,00
12 361 1011 2058 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNDE	20.000,00
12 361 1011 2059 MANUTENÇÃO DO FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL - MAG 60%	2.587.000,00
12 368 1011 2060 MANUT. DO FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL - OUTRAS DESPESAS - 40%	964.430,00
12 368 1011 2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1.100.000,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Fixada
11.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12 366 1011 2062 MANUTENÇÃO DO FUNDEB EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MAG 60%	150.350,00
12 365 1011 2063 MANUTENÇÃO DO FUNDEB - EDUCAÇÃO INFANTIL 60%	113.120,00
12 368 1011 2064 COFINNCIAMENTO DOS PROGRAMAS DO FNDE	60.000,00
12 365 1011 2065 COFINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - 60% E 40%	250.000,00
Total da Unidade:	6.593.800,00
12.000 SECRETARIA DE ESPORTE E LASER	
27 812 1013 1027 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	43.000,00
27 812 1013 1028 REFORMA DO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL	40.000,00
27 812 1013 2066 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE	120.000,00
27 812 1013 2067 MANUTENÇÃO DO CAMPO MUNICIPAL DE FUTEBOL	30.000,00
27 812 1013 2068 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	35.000,00
Total da Unidade:	268.000,00
13.000 SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
23 695 1016 1029 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE TURISMO	3.000,00
04 695 1016 2069 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO 103.658 0	103.658,00
Total da Unidade:	106.658,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Fixada
14.000 SECRETARIA DE CULTURA E ARTES	
13 392 1012 1032 CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTOS	130.000,00
13 392 1012 2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA	103.570,00
13 392 1012 2071 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	25.500,00
13 392 1012 2072 MANUTENÇÃO DOS EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RELIGIOSOS DO MUNICÍPIO	321.062,00
Total da Unidade:	580.132,00
15.000 SECRETARIA DA MULHER	
14 422 1017 1030 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SEC. DOS DIREITOS DA MULHER	3.000,00
14 422 1017 2073 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA MULHER	98.200,00
Total da Unidade:	101.200,00
16.000 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
02 061 1003 1031 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A PROCURADORIA GERAL	3.090,00
02 061 1003 2074 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	73.920,00
Total da Unidade:	77.010,00
90.000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
99 999 1002 9901 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	456.403,00
Total da Unidade:	456.403,00

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
 Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Fixada
Total Geral:	20.287.647,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2022

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÕES	2022				2023				2024			
	Valor Corrente (a)	Valor Constantes	% PIB (a/Pib) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constantes	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constantes	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	20.287.647	19.601.591	0,246	90,08	28.638.812	26.735.261	0,320	122,86	29.497.976	26.733.710	0,305	84,50
Receitas Primárias (I)	20.277.647	19.591.929	0,246	90,03	28.586.302	26.686.242	0,319	122,63	29.443.638	26.684.464	0,304	84,46
Despesa Total	20.287.647	19.601.591	0,246	90,08	28.638.812	26.735.261	0,320	122,86	29.497.976	26.733.710	0,305	84,50
Despesa Primária (II)	19.996.647	19.320.432	0,243	88,79	28.397.907	26.510.369	0,317	121,82	29.248.680	26.507.776	0,302	83,29
Resultado Primário (III) = (I - II)	281.000	271.498	0,003	1,25	188.395	175.873	0,002	0,81	194.957	176.688	0,002	1,17
Resultado Nominal	225.548	217.921	0,003	1,00	235.071	219.447	0,003	1,01	235.071	213.043	0,002	0,94
Dívida Pública Consolidada	5.832.595	5.635.357	0,071	25,90	5.597.524	5.225.470	0,063	24,01	5.362.452	4.859.935	0,055	24,29
Dívida Consolidada Líquida	5.832.595	5.635.357	0,071	25,90	5.597.524	5.225.470	0,063	24,01	5.362.452	4.859.935	0,055	24,29
Receitas Primárias advindas PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Primária advindas de PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

SUÉLIO FELIX DE ALENCAR
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, Art.4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I - METAS Prevista em (a) 2020	% PIB	% RCL	II - METAS Realizada em (b) 2020	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	22.028.350	0,370	112,904	20.832.944	0,350	105,374	(1.195.406)	(5,43)
Receitas Primárias (I)	21.944.075	0,368	112,472	20.820.676	0,349	105,312	(1.123.399)	(5,12)
Despesa Total	22.028.350	0,370	112,904	19.837.168	0,333	100,337	(2.191.182)	(9,95)
Despesa Primária (II)	21.766.826	0,365	111,564	19.648.234	0,330	99,382	(2.118.592)	(9,73)
Resultado Primário (III) = (I - II)	177.249	0,003	0,908	1.172.442	0,020	5,930	995.193	561,47
Resultado Nominal	261.524	0,004	1,340	143.997	0,002	0,728	(117.527)	(44,94)
Dívida Pública Consolidada	6.209.986	0,104	31,829	6.327.513	0,106	32,005	117.527	1,89
Dívida Consolidada Líquida	6.209.986	0,104	31,829	6.327.513	0,106	32,005	117.527	1,89

 SUÉLIO FELIX DE ALENCAR
 Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2022

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	
Receita Total	18.247.703	20.832.944	8,5	26.734.637	23,69	20.287.647	(24,11)	28.638.812	41,16	29.497.976	3,00	
Receitas Primárias (I)	18.189.339	20.820.676	8,8	26.647.833	23,36	20.277.647	(23,91)	28.586.302	40,97	29.443.638	3,00	
Despesa Total	17.093.890	19.837.168	10,3	26.734.637	29,90	20.287.647	(24,11)	28.638.812	41,16	29.497.976	3,00	
Despesa Primária (II)	16.893.950	19.648.234	10,5	26.443.637	29,72	19.996.647	(24,38)	28.397.907	42,01	29.248.680	3,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.295.389	1.172.442	(14,0)	204.196	(83,21)	281.000	37,61	188.395	(32,96)	194.957	3,48	
Resultado Nominal	197.894	143.997	(30,9)	269.370	80,31	225.548	(16,27)	235.071	4,22	235.071	0,00	
Dívida Pública Consolidada	6.471.510	6.327.513	(7,1)	6.058.143	(7,72)	5.832.595	(3,72)	5.597.524	(4,03)	5.362.452	(4,20)	
Dívida Consolidada Líquida	6.471.510	6.327.513	(7,1)	6.058.143	(7,72)	5.832.595	(3,72)	5.597.524	(4,03)	5.362.452	(4,20)	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	
Receita Total	19.926.491	21.614.179	8,47	26.734.637	23,69	19.601.591	(24,11)	26.735.261	41,16	26.733.710	3,00	
Receitas Primárias (I)	19.862.758	21.601.451	8,75	26.647.833	23,36	19.591.929	(23,91)	26.686.242	40,97	26.684.464	3,00	
Despesa Total	18.666.528	20.581.062	10,26	26.734.637	29,90	19.601.591	(24,11)	26.735.261	41,16	26.733.710	3,00	
Despesa Primária (II)	18.448.193	20.385.043	10,50	26.443.637	29,72	19.320.432	(24,38)	26.510.369	42,01	26.507.776	3,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.414.565	1.216.408	(14,01)	204.196	(83,21)	271.498	37,61	175.873	(32,96)	176.688	3,48	
Resultado Nominal	216.101	149.397	(30,87)	269.370	80,31	217.921	(16,27)	219.447	4,22	213.043	0,00	
Dívida Pública Consolidada	7.066.889	6.564.795	(7,10)	6.058.143	(7,72)	5.635.357	(3,72)	5.225.470	(4,03)	4.859.935	(4,20)	
Dívida Consolidada Líquida	7.066.889	6.564.795	(7,10)	6.058.143	(7,72)	5.635.357	(3,72)	5.225.470	(4,03)	4.859.935	(4,20)	

NOTA:

SUÉLIO FELIX DE ALENCAR
 Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2022

ARF(LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	VALOR	Descrição	VALOR
Demandas Judiciais	54.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	54.000
Dívidas em Processo de Reconhecimento	25.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	25.000
Avais e Garantias Concedidas	17.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	17.000
Assunção de Passivos	12.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	12.000
Assistências Diversas	32.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	32.000
Outros Passivos Contingentes	30.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	30.000
Assistências a epidemias	35.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	35.000
SUBTOTAL	205.000	SUBTOTAL	205.000

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	VALOR	Descrição	VALOR
Frustração de Arrecadação	52.000	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias	52.000
Restituição de Tributos a Maior	35.000	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias	35.000
Discrepância de Projeções:	23.000	Contenção de despesas orçamentarias em investimentos.	23.000
Outros Riscos Fiscais	30.000	Limitação de empenho	30.000
SUBTOTAL	140.000	SUBTOTAL	140.000

TOTAL	345.000	TOTAL	345.000
--------------	----------------	--------------	----------------

SUÉLIO FELIX DE ALENCAR
 Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA

MENSAGEM N.º _____, de **21 de Maio de 2021**.

Excelentíssimos Senhores Membros do Poder Legislativo Municipal:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação de Vossas Excelências, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal o Projeto de Lei, dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, e dá outras providências.

O referido Projeto dispõe sobre as metas e resultados fiscais, as prioridades e metas físicas da administração pública municipal; a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações; as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais; a política de aplicação dos recursos de transferências constitucionais; as disposições sobre alterações na legislação tributária; e outras matérias de natureza orçamentária.

Os ilustres Vereadores poderão observar que a intenção deste Executivo, embasado na Lei de Responsabilidade Fiscal, continua sendo o redirecionamento do setor público com vistas à redução do déficit público municipal e à melhoria da prestação dos serviços à população do município, definindo o que é prioritário e passível de realização com recursos próprios ou em parceria com outras esferas governamentais.

Senhores Parlamentares saliento também que este projeto demonstra em seus artigos a transparência, necessária, que o Poder Executivo vem impingindo ao trato dos poucos recursos da Prefeitura.

É oportuno esclarecer que as metas e prioridades terão procedência na alocação de recursos na lei orçamentária do próximo exercício, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas que deverão constar da referida peça.

Portanto ilustres e nobres senhores Vereadores, aí estão, de modo claro e sucinto, os superiores motivos que impõem o presente Projeto de Lei, que certamente encontrará a

melhor ressonância na sábia compreensão de Vossas Excelências, que serão fielmente aquilatados e representados em todo o seu dimensionamento, dos quais solicito o imprescindível apoio e colaboração no que respeita a sua pronta aprovação.

Certo de que o assunto merecerá a pronta acolhida e aprovação por parte dos Membros dessa Casa de Leis, reafirmo na oportunidade os melhores protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Suélío Félix de Alencar

Prefeito



Relatório de Resultados do Orçamento Participativo 2022
1ª Rodada de Consultas

Realizado no período de 20 de março a 07 de abril de 2021 (em formulário eletrônico)

Período de realização: 20 de março a 7 de abril de 2021.

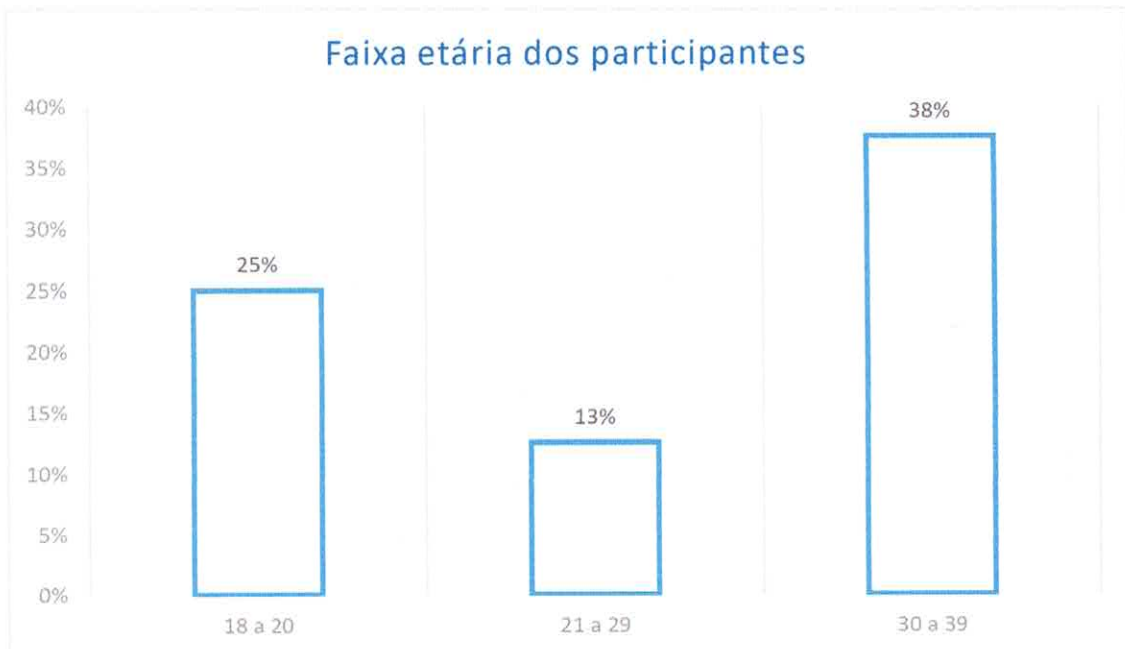
Local: Através de formulário eletrônico, disponibilizado no sítio, mídias institucionais, link compartilhável, entre outros, vinculados a Prefeitura Municipal de Catingueira.

Total de respondentes: 6.

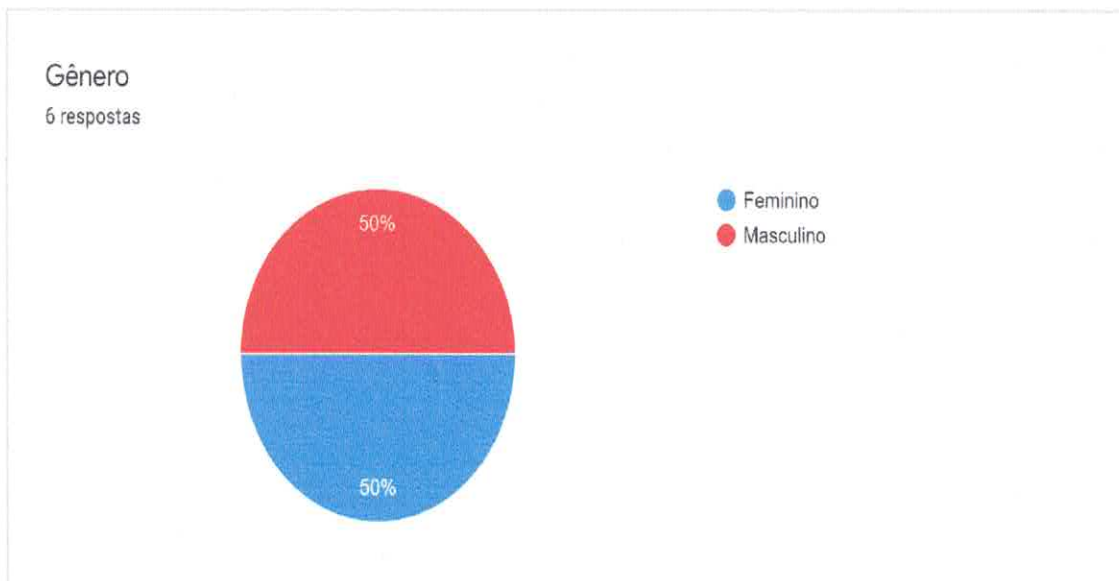
Participantes:

Endereço eletrônico dos participantes
lar*****331@gmail.com
exped*****984@gmail.com
cris*****12@gmail.com
moa*****9@gmail.com
mel*****car@gmail.com
bez*****ane@gmail.com

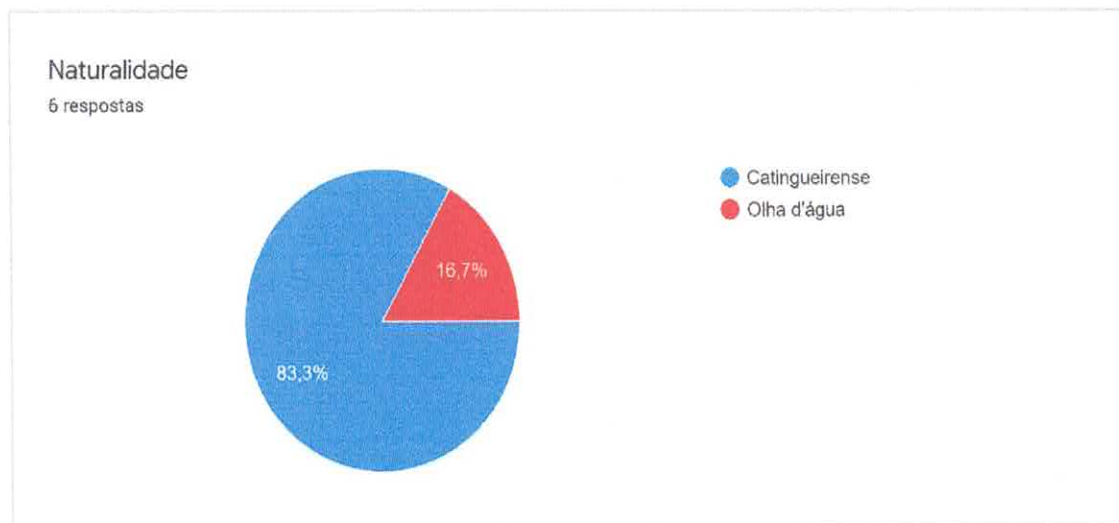
Faixa etária dos participantes:



Gênero dos participantes:

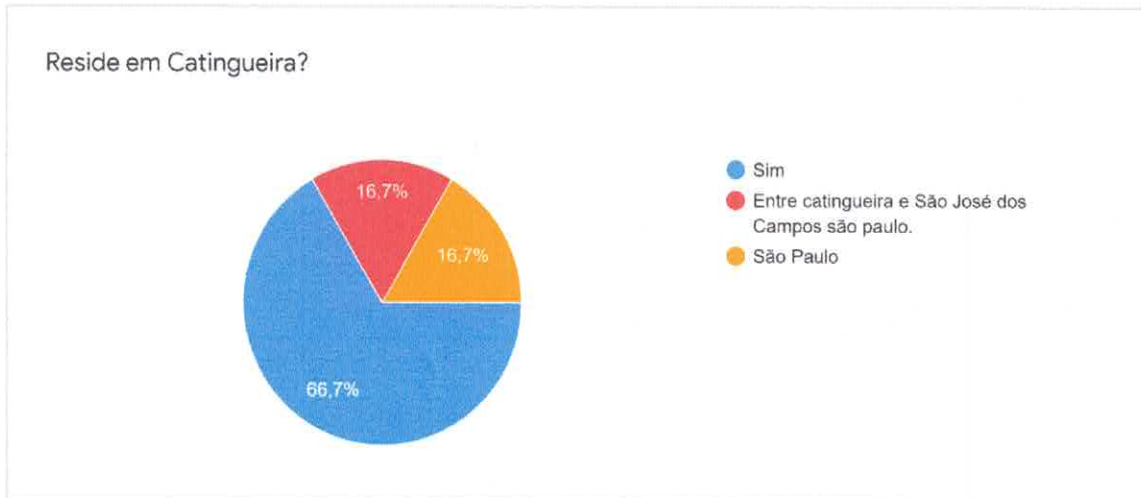


Naturalidade dos participantes:

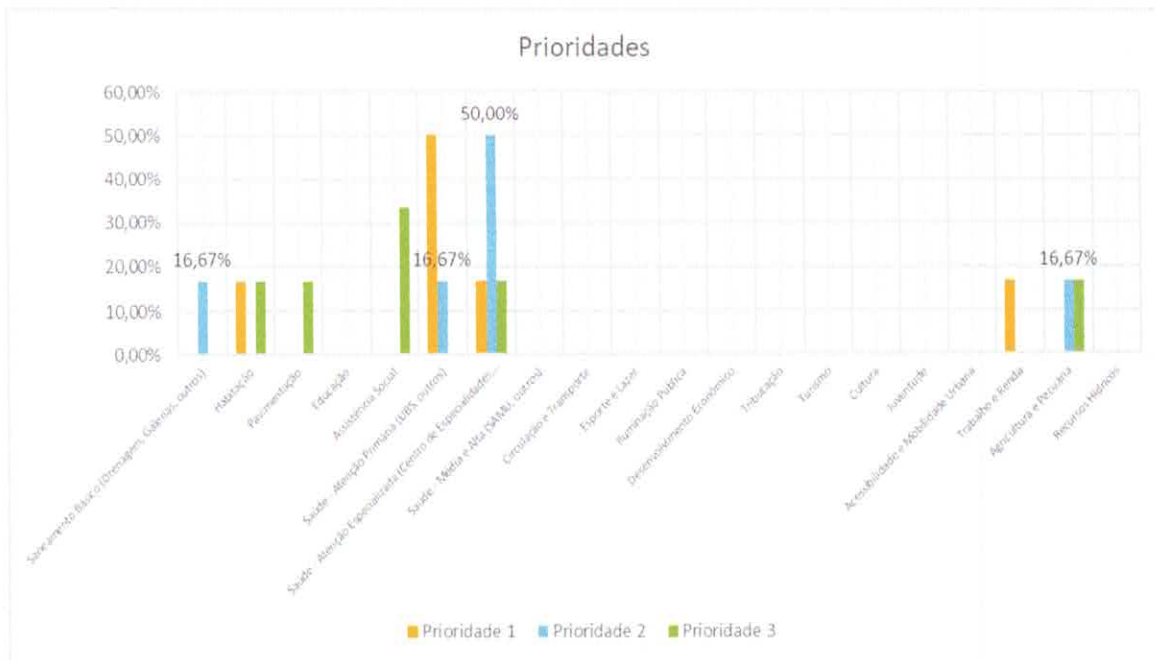


2 | 6

Cidade de domicílio dos participantes:



Principais prioridades:

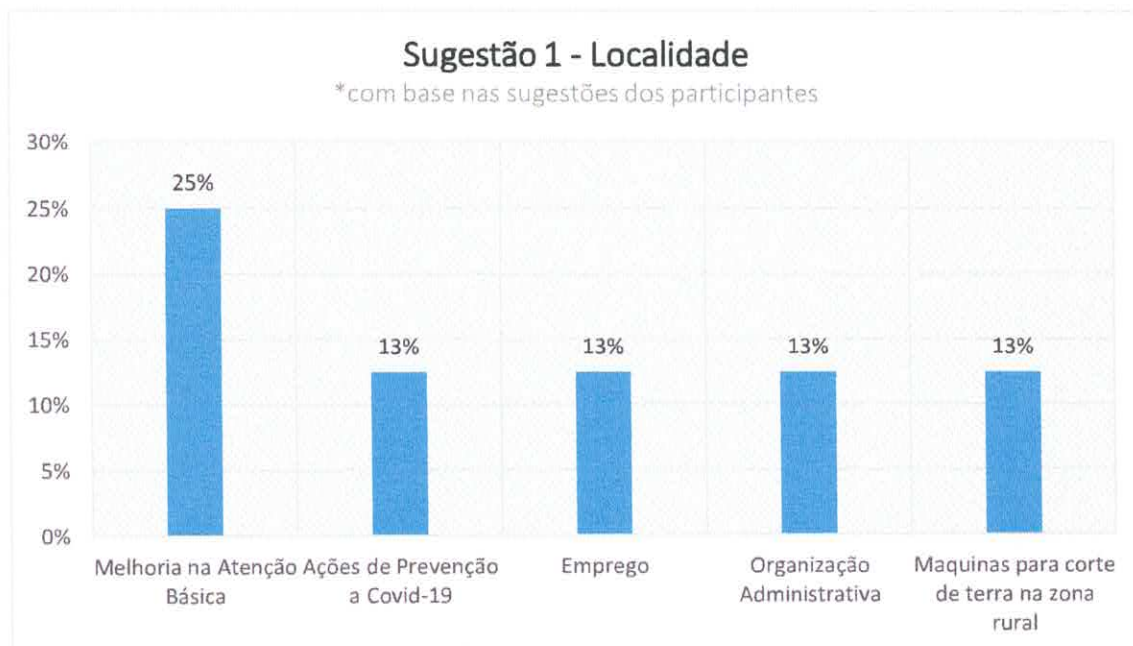





Sugestões de serviços a serem priorizados, segundo os participantes:

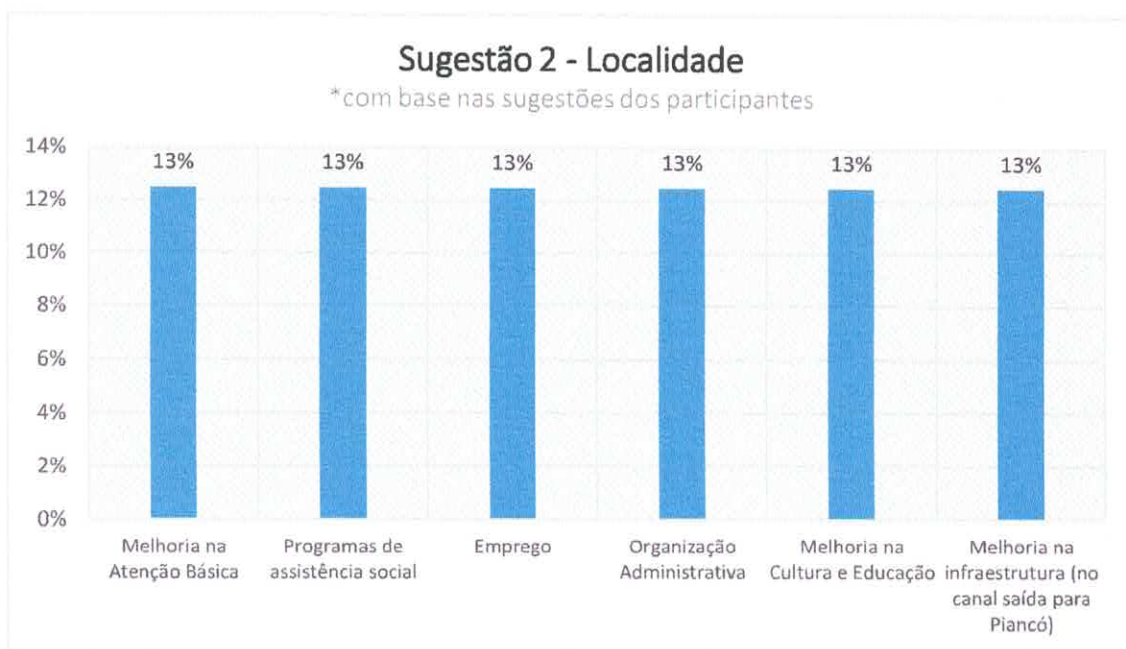
1ª Sugestão. O que você sugere ao governo municipal para melhorar sua **LOCALIDADE?**

Sugestão 1	Quant	em %
Melhoria na Atenção Básica	2	25%
Ações de Prevenção a Covid-19	1	13%
Emprego e Renda	1	13%
Organização Administrativa	1	13%
Máquinas para corte de terra na zona rural	1	13%



2ª Sugestão. O que você sugere ao governo municipal para melhorar sua **LOCALIDADE?**

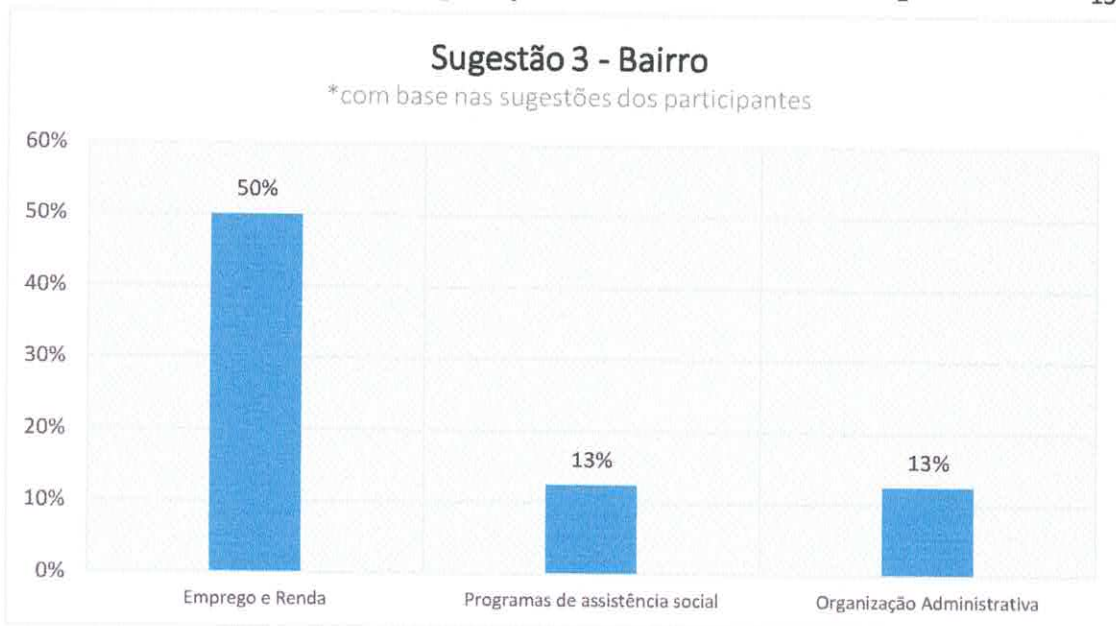
Sugestão 2	Quant	em %
Melhoria na Atenção Básica	1	13%
Programas de assistência social	1	13%
Emprego e Renda	1	13%
Organização Administrativa	1	13%
Melhoria na Cultura e Educação	1	13%
Melhoria na infraestrutura (no canal saída para Piancó)	1	13%





3ª Sugestão. O que você sugere ao governo municipal para melhorar nossa CIDADE?

Sugestão 3	Quant	em %
Emprego e Renda	4	50%
Programas de assistência social	1	13%
Organização Administrativa	1	13%



Patos, 12 de abril de 2021.

TARDELLIO PEREIRA PIRES
Secretário de Finanças e Planejamento

Orçamento-Programa de 2022

Resumo Geral da Receita

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - OFSS CONSOLIDADO

R\$ 1,00

CÓDIGO	Categoria Econômica Origem Espécie	ADMINISTRAÇÃO		RECEITA PREVISTA
		DIRETA	INDIRETA	
1.0.0.0.00.0.0-00	Receitas Correntes	19.528.959,00	1.743.932,00	21.272.891,00
1.1.0.0.00.0.0-00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	577.000,00	0,00	577.000,00
1.1.1.0.00.0.0-00	Impostos	572.000,00	0,00	572.000,00
1.1.2.0.00.0.0-00	Taxas	4.000,00	0,00	4.000,00
1.1.3.0.00.0.0-00	Contribuição de Melhoria	1.000,00	0,00	1.000,00
1.2.0.0.00.0.0-00	Contribuições	30.000,00	0,00	30.000,00
1.2.4.0.00.0.0-00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	30.000,00	0,00	30.000,00
1.3.0.0.00.0.0-00	Receita Patrimonial	28.500,00	2.000,00	30.500,00
1.3.1.0.00.0.0-00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	20.000,00	0,00	20.000,00
1.3.2.0.00.0.0-00	Valores Mobiliários	8.500,00	2.000,00	10.500,00
1.5.0.0.00.0.0-00	Receita Industrial	500,00	0,00	500,00
1.6.0.0.00.0.0-00	Receita de Serviços	8.500,00	0,00	8.500,00
1.6.1.0.00.0.0-00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	7.000,00	0,00	7.000,00
1.6.9.0.00.0.0-00	Outros Serviços	1.500,00	0,00	1.500,00
1.7.0.0.00.0.0-00	Transferências Correntes	18.866.869,00	1.741.932,00	20.608.801,00
1.7.1.0.00.0.0-00	Transferências da União e de suas Entidades	13.678.749,00	1.741.932,00	15.420.681,00
1.7.2.0.00.0.0-00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.773.220,00	0,00	1.773.220,00
1.7.5.0.00.0.0-00	Transferências de Outras Instituições Públicas	3.414.900,00	0,00	3.414.900,00
1.9.0.0.00.0.0-00	Outras Receitas Correntes	17.590,00	0,00	17.590,00
1.9.2.0.00.0.0-00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	10.408,00	0,00	10.408,00
1.9.9.0.00.0.0-00	Demais Receitas Correntes	7.182,00	0,00	7.182,00
2.0.0.0.00.0.0-00	Receitas de Capital	1.688.800,00	0,00	1.688.800,00
2.2.0.0.00.0.0-00	Alienação de Bens	19.000,00	0,00	19.000,00
2.2.1.0.00.0.0-00	Alienação de Bens Móveis	11.000,00	0,00	11.000,00
2.2.2.0.00.0.0-00	Alienação de Bens Imóveis	8.000,00	0,00	8.000,00
2.4.0.0.00.0.0-00	Transferências de Capital	1.649.800,00	0,00	1.649.800,00
2.4.1.0.00.0.0-00	Transferências da União e de suas Entidades	1.549.800,00	0,00	1.549.800,00
2.4.2.0.00.0.0-00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	100.000,00	0,00	100.000,00
2.9.0.0.00.0.0-00	Outras Receitas de Capital	20.000,00	0,00	20.000,00
2.9.9.0.00.0.0-00	Demais Receitas de Capital	20.000,00	0,00	20.000,00
1.0.0.0.00.0.0-00	Receitas Correntes	(2.674.044,00)	0,00	(2.674.044,00)
1.7.0.0.00.0.0-00	Transferências Correntes	(2.674.044,00)	0,00	(2.674.044,00)
1.7.1.8.01.2.1-00	(-) DEDUÇÃO Dedução do FUNDEB - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	(2.320.000,00)	0,00	(2.320.000,00)
1.7.1.8.01.5.1-00	(-) DEDUÇÃO Dedução do FUNDEB - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	(400,00)	0,00	(400,00)
1.7.1.8.06.1.1-00	(-) DEDUÇÃO Dedução do FUNDEB - Transferência Financeira do ICMS " Desoneração " L.C. Nº 87/96	(200,00)	0,00	(200,00)
1.7.2.8.01.1.1-00	(-) DEDUÇÃO Dedução do FUNDEB - Cota-Parte do ICMS	(342.000,00)	0,00	(342.000,00)
1.7.2.8.01.2.1-00	(-) DEDUÇÃO Dedução do FUNDEB - Cota-Parte do IPVA	(11.244,00)	0,00	(11.244,00)
1.7.2.8.01.3.1-00	(-) DEDUÇÃO Dedução do FUNDEB - Cota-Parte do IPI - Municípios	(200,00)	0,00	(200,00)

Orçamento-Programa de 2022

Resumo Geral da Receita

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - OFSS CONSOLIDADO

R\$ 1,00

CÓDIGO	Categoria Econômica Origem Espécie	ADMINISTRAÇÃO		RECEITA PREVISTA
		DIRETA	INDIRETA	
Total Geral:		18.543.715,00	1.743.932,00	20.287.647,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMONIO LÍQUIDO
2022

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMONIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimonio/Capital	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Reservas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Resultado Acumulado	1.077.133	100,00%	(4.624.795)	100,00%	(4.849.178)	100,00%
TOTAL	1.077.133	100%	(4.624.795)	100%	(4.849.178)	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMONIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimonio/Capital	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Reservas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulado	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL	0	0%	0	0%	0	0%

SUÉLIO FELIX DE ALENCAR
 Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBITIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2022

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020 (a)	2019 (b)	2018 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2020 (d)	2019 (e)	2018 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2020 (g) = ((Ia-IIId)+IIIh)	2019 (h) = ((Ib-IIe)+IIIi)	2018 (i) = ((Ic-IIf)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

SUÉLIO FELIX DE ALENCAR
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2022

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2018

2019

2020

SUÉLIO FELIX DE ALENCAR
 Prefeito

No Data Found



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL RPPS

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

Ano	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciários Anual (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício
-----	------------------------------------	------------------------------------	---	-------------------------------------

R\$ 1,00

SUÉLIO FELIX DE ALENCAR
 Prefeito

No Data Found



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2022

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
No Data Found						

SUÉLIO FELIX DE ALENCAR
 Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARATER CONTINUADO
2022

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, Art. 4º, § 2º inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2022
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferência Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	0,00

 SUÉLIO FELIX DE ALENCAR
 Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA
LEI DE DIRETIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARÂMETROS E PROJEÇÕES DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS

Ano Referência 2022

Memória e Metodologia de Cálculo (Art. 4, § 2º, inciso II - LRF)

R\$ 1,00

Em atendimento ao que determina o § 2º, inciso II do artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal fica apresentada a memória e metodologia de cálculo para obtenção dos valores dos anexo fiscais.

No preenchimento dos quadros fiscais foram adotados os seguintes parâmetros e projeções das políticas monetárias, creditícia e cambial, bem como as projeções das metas de inflação para o período. O IPCA projetado para 2022 ficou em 3,50%, em 2023 foi projetado para 3,50% e para 2024 ficou em 3,00% conforme demonstrado na tabela abaixo:

I - Cenário Macroeconomico

Descrição das Variáveis	2022	2023	2024
PIB (crescimento real %a.a.)	5,09	5,04	5,00
Inflação (IPCA acumulado - var. %)	3,50	3,50	3,00
Selic (fim de período - %a.a.)	3,23	5,50	6,80
Câmbio (fim de período - R\$/US\$)	5,60	5,67	5,72
Projeção do PIB do Estado	79.542.621	83.551.569	87.729.148

II - Receita e Despesas Financeiras e IntraOrçamentária

As Receitas Primárias correspondem ao total da receita orçamentaria, deduzidos os rendimentos de aplicações financeiras, as operações de crédito, a alienação de ativos, as receitas de privatizações e as intraorçamentárias.

As Despesas Primárias corresponde ao total da despesa orçamentária, deduzidas as despesas com juros, encargos e amortização da dívida, com concessão de empréstimos com retorno garantido e com a aquisição de títulos de capital integralizado.

□

O Resultado Primário, por sua vez, procura medir o comportamento fiscal do Governo no período e é decorrente da diferença entre a Receita Primária e a Despesa Primária. Entende-se como Receita Primária a arrecadação de impostos, contribuições e outras receitas inerentes à função arrecadadora do Município, excluindo-se as receitas financeiras e como despesa primária, as despesas orçamentárias do Governo no período, excluindo-se as despesas com dívidas financeiras, tais receitas financeiras e despesas financeiras estão elencadas conforme tabelas abaixo:

Receitas Financeiras	2019		2020		2021	2022	2023	2024
	2018	2019	Prevista	Realizada				
Rendimentos Aplicações Financeiras	37.277,34	58.363,67	84.275,00	12.268,31	86.804,00	50.382,07	52.510,46	54.336,42
Retorno OP de Cred (Juros/Amortização)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Empréstimo Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas IntraOrçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas Financeiras	37.277,34	58.363,67	84.275,00	12.268,31	86.804,00	50.382,07	52.510,46	54.336,42

Despesas Financeiras	2019		2020		2021	2022	2023	2024
	2018	2019	Prevista	Realizada				
Juros da Dívida Interna / Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	21.630,00	21.630,00	5.833,06	6.036,25
Amortização da Dívida Interna / Externa	213.440,50	199.940,25	261.524,00	188.933,96	269.370,00	269.370,00	235.071,23	243.259,53
Aquisição de Títulos Cap. Integraliz.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas IntraOrçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Financeiras	213.440,50	199.940,25	261.524,00	188.933,96	291.000,00	291.000,00	240.904,29	249.295,77

III - Dívida e Resultado Nominal

Para o cálculo do Resultado Nominal é necessário chegarmos a Dívida Fiscal Líquida, que é a Dívida Consolidada Líquida mais Receita de Privatizações e Os Passivos Reconhecidos. A Dívida Consolidada Líquida leva sempre em consideração a Dívida Pública Consolidada menos; o Ativo Financeiro (Disponibilidade de Caixa deduzidos os Restos a Pagar Processados) com os Haveres Financeiros.

Com o objetivo de medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida, o Resultado Nominal é obtido pela diferença entre o saldo da Dívida Fiscal Líquida do exercício anterior em relação ao saldo da Dívida Fiscal Líquida do exercício subsequente. O resultado nominal corresponde à variação da dívida consolidada líquida em um dado período. Assim, um resultado nominal positivo indica que houve uma diminuição da dívida consolidada líquida, já um resultado negativo indica que houve aumento.

A tabela abaixo possui os valores realizados para os exercícios 2018 e 2019, previsto e realizado em 2020, previsto para 2022 e projetados para os exercícios 2023, 2024 e 2024.

Especificações	2018	2019	2020		2021	2022	2023	2024
			Prevista	Realizada				
DÍVIDA CONSOLIDADA (I).....	6.669.404	6.471.510	6.209.986	6.327.513	6.058.143	5.832.595	5.597.524	5.362.452
DEDUÇÕES (II).....	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativo Disponível.....	1.189.604	2.481.819	0	2.836.377	0	1.467.825	786.167	1.243.528
Haveres Financeiros.....	(8.562)	(32.238)	0	0	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados.....	2.686.518	3.006.177	0	2.849.339	0	1.474.533	789.760	1.249.210
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	6.669.404	6.471.510	6.209.986	6.327.513	6.058.143	5.832.595	5.597.524	5.362.452
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV).....	0	0	0	0	0	0	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V).....	0	0	0	0	0	0	0	0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V).....	6.669.404	6.471.510	6.209.986	6.327.513	6.058.143	5.832.595	5.597.524	5.362.452
Resultado Nominal (Abaixo da Linha)	(6.669.404)	197.894	261.524	143.997	269.370	225.548	235.071	235.071
*DCL-Período/2017:	0							

IV - Resumo da Memória e Metodologia de Cálculo

Receita Corrente Líquida (RCL), Percentuais, e Taxas.

O Resultado Primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um “superávit primário”; caso seja negativa, tem-se um “déficit primário”. O “superávit primário” é uma indicação de quanto o governo economizou ao longo de um período de tempo (saldo final de um exercício comparado com o exercício imediatamente posterior) com vistas ao pagamento de juros sobre a sua dívida.

Na tabela abaixo estão elencados os valores para os itens como Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Consolidada Líquida, Receita Corrente Líquida, os Percentuais e as Taxas para os exercícios de referência e preenchimento dos Anexos I, II e III:

Especificações	2018 Realizada	2019 Realizada	2020		2021 Prevista	2022 Ano Referência	2023 Projeção	2024 Projeção
			Prevista	Realizada				
Receita Total	15.311.926	18.247.703	22.028.350	20.832.944	26.734.637	20.287.647	28.638.812	29.497.976
Receitas Primárias (I)	15.274.649	18.189.339	21.944.075	20.820.676	26.647.833	20.277.647	28.586.302	29.443.638
Despesas Total	14.621.848	17.093.890	22.028.350	19.837.168	26.734.637	20.287.647	28.638.812	29.497.976
Despesas Primárias (II)	14.408.407	16.893.950	21.766.826	19.648.234	26.443.637	19.996.647	28.397.907	29.248.680
Resultado Primário (III=I-II)	866.241	1.295.389	177.249	1.172.442	204.196	281.000	188.395	194.957
Resultado Nominal (Acima da Linha)	-	-	-	-	(968.246)	76.804	(92.605)	6.562
Dívida Pública Consolidada	6.669.404	6.471.510	6.209.986	6.327.513	6.058.143	5.832.595	5.597.524	5.362.452
Dívida Consolidada Líquida	6.669.404	6.471.510	6.209.986	6.327.513	6.058.143	5.832.595	5.597.524	5.362.452
Resultado Nominal (Abaixo da Linha)	(6.669.404)	197.894	261.524	143.997	269.370	225.548	235.071	235.071
Receita Corrente Líquida	15.194.765	16.618.335	19.510.630	19.770.484	21.760.596	22.522.217	23.310.494	24.009.809
Percentuais		3,430%	5,250%	5,250%	3,750%	3,500%	3,500%	3,000%
Taxas	1,1294	1,0920	1,0375	1,0375	1,0000	1,0350	1,0712	1,1034

SUÉLIO FELIX DE ALENCAR
Prefeito

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
01.000 CÂMARA MUNICIPAL	
01 031 1001 1001 REFORMA DO PRÉDIO SEDE E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000
Total do Projeto:	20.000
Total da Unidade:	20.000

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
02.000 GABINETE DO PREFEITO	
04 122 1002 1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O GABINETE DO PREFEITO	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	150.000
Total do Projeto:	150.000
04 122 1002 2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.307
Total da Atividade:	15.307
04 122 1002 2004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.252
Total da Atividade:	2.252
Total da Unidade:	167.559

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
03.000 SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E CORREGEDORIA	
04 122 1002 2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO MUNICIPAL	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.150
Total da Atividade:	5.150
Total da Unidade:	5.150

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
04.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04 122 1002 1003 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.300
Total do Projeto:	10.300
04 122 1003 2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.815
Total da Atividade:	10.815
Total da Unidade:	21.115

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
05.000 SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
28 841 1005 0001 AMORTIZAÇÃO DO ENCARGO E JUROS DA DÍVIDA DO INSS	
4.6.90.71 1001.0000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	207.570
Total da Operação Especial:	207.570
28 841 1005 0002 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA JUNTO A CAGEPA	
4.6.90.71 1001.0000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	41.200
Total da Operação Especial:	41.200
28 841 1005 0003 PAGAMENTO DE PARCELAMENTOS DIVERSOS	
4.6.90.71 1001.0000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	20.600
Total da Operação Especial:	20.600
04 123 1002 2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.815
Total da Atividade:	10.815
Total da Unidade:	280.185

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
06.000 SECRETARIA DE SAÚDE	
06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10 301 1009 1004 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	
4.4.90.52 1211.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	54.075
4.4.90.52 1220.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	103.000
Total do Projeto:	157.075
01 301 1009 1005 AQUISIÇÃO DE EQUIP. MÉDICOS, HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS	
4.4.90.52 1211.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.300
4.4.90.52 1220.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	54.075
Total do Projeto:	64.375
10 301 1009 1006 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E REFORMA DA SEC. DE SAÚDE	
4.4.90.51 1211.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	51.500
Total do Projeto:	51.500
10 305 1009 1007 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS	
4.4.90.51 1211.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	15.307
4.4.90.51 1220.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	206.000
Total do Projeto:	221.307
10 301 1009 2012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
4.4.90.52 1211.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.300
Total da Atividade:	10.300
10 301 1009 2015 INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPACITAÇÃO PONDERADA	
4.4.90.52 1214.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.815
Total da Atividade:	10.815
10 301 1009 2016 INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS - SB/CEO	
4.4.90.52 1214.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.815
Total da Atividade:	10.815
10 301 1009 2017 PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS - SUS	
4.4.90.52 1214.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.150
Total da Atividade:	5.150
10 301 1009 2018 INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - PMAQ	
4.4.90.52 1214.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26.380
Total da Atividade:	26.380
10 301 1009 2019 PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DA APS	
4.4.90.52 1214.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.815
Total da Atividade:	10.815
10 301 1009 2020 APOIO À MANUTENÇÃO DOS POLOS DE ACADEMIA DE SAÚDE	
4.4.90.52 1214.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.815
Total da Atividade:	10.815
10 303 1009 2021 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - SUS	
4.4.90.52 1214.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.408
Total da Atividade:	5.408
10 302 1009 2022 SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS SAMU 192	
4.4.90.52 1214.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.815
Total da Atividade:	10.815
10 302 1009 2023 TETO MUN. DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBUL. E HOSPITALAR	
4.4.90.52 1214.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.815
Total da Atividade:	10.815

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
06.000 SECRETARIA DE SAÚDE	
06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10 304 1009 2024 AÇÕES ESTRUTURANTES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PVISA - SUS	
4.4.90.52 1214.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.408
Total da Atividade:	5.408
10 305 1009 2025 VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAÚDE	
4.4.90.52 1214.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.408
Total da Atividade:	5.408
10 301 1009 2026 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS	
4.4.90.52 1214.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26.716
Total da Atividade:	26.716
Total da Unidade:	643.917

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
07.000 SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	
26 782 1006 1008 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, PASSAGENS MOLHADAS E MATA-BURROS	
4.4.90.51 1001.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	120.908
Total do Projeto:	120.908
15 451 1008 1009 CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS E CANTEIROS	
4.4.90.51 1001.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000
Total do Projeto:	20.000
15 451 1008 1010 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORAM DE PRÉDIOS PÚBLICOS	
4.4.90.51 1001.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	40.000
4.4.90.51 1991.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	109.180
Total do Projeto:	149.180
15 451 1008 1011 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS - PRÉDIOS E TERRENOS	
4.4.90.61 1001.0000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	51.500
Total do Projeto:	51.500
15 451 1008 1012 IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE PAVIMENTAÇÃO	
4.4.90.51 1001.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	5.150
4.4.90.51 1510.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	206.000
Total do Projeto:	211.150
17 512 1008 1013 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	
4.4.90.51 1001.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	41.200
4.4.90.51 1220.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	164.800
Total do Projeto:	206.000
15 511 1008 1014 IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES	
4.4.90.51 1001.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	20.600
4.4.90.51 1510.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000
Total do Projeto:	50.600
15 452 1008 1015 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE INFRAESTRURA	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	51.500
Total do Projeto:	51.500
15 451 1008 1016 OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO ESTRADAS VICINAIS	
4.4.90.51 1001.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	41.200
4.4.90.51 1510.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	154.500
Total do Projeto:	195.700
15 451 1008 1017 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	
4.4.90.52 1991.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	103.000
Total do Projeto:	103.000
15 452 1008 2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INFRAESTRUTURA	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.127
Total da Atividade:	5.127
15 452 1008 2034 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.757
Total da Atividade:	12.757
25 451 1008 2036 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.815
Total da Atividade:	10.815
Total da Unidade:	1.188.237

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
08.000 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO	
08 244 1015 2037 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.993
Total da Atividade:	1.993
08 243 1014 2038 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.277
Total da Atividade:	16.277
08 244 1015 2039 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.785
Total da Atividade:	3.785
Total da Unidade:	22.055

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
08.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08 244 1015 1018 ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERV. DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
4.4.90.51 1001.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	63.780
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.134
Total do Projeto:	82.914
08 244 1015 2043 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE (CREAS)	
4.4.90.52 1311.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.245
4.4.90.52 1520.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.408
Total da Atividade:	7.653
08 244 1015 2044 ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF	
4.4.90.52 1311.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	699
Total da Atividade:	699
08 244 1015 2045 COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DO SUAS	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.630
Total da Atividade:	21.630
08 244 1015 2048 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PBF/SCFV/CRAS	
4.4.90.52 1311.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	723
4.4.90.52 1520.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.408
Total da Atividade:	6.131
Total da Unidade:	119.027

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
09.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	
20 304 1006 1019 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE MATADOURO PÚBLICO	
4.4.90.51 1001.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	75.705
4.4.90.51 1510.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	11.259
Total do Projeto:	86.964
<hr/>	
18 544 1006 1020 CONSTRUÇÃO DE AÇUDES E BARRAGENS, POÇOS, CISTERNAS E TANQUES DE PEDRAS	
4.4.90.51 1001.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	70.000
4.4.90.51 1510.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000
Total do Projeto:	170.000
<hr/>	
17 605 1006 1021 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA ZONA RURAL	
4.4.90.51 1001.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	5.150
4.4.90.51 1510.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	200.000
Total do Projeto:	205.150
<hr/>	
20 606 1006 2051 MANUTENÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.480
Total da Atividade:	11.480
<hr/>	
Total da Unidade:	473.594

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
11.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12 361 1011 1022 CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMA DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL	
4.4.90.51 1111.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	51.500
4.4.90.51 1125.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	206.000
Total do Projeto:	257.500
12 361 1011 1023 AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR - FNDE	
4.4.90.52 1111.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.815
4.4.90.52 1125.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	241.853
Total do Projeto:	252.668
12 361 1011 1024 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS P/ O ENS. FUNDAMENTAL	
4.4.90.52 1111.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	22.517
4.4.90.52 1125.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.078
Total do Projeto:	41.595
12 365 1011 1025 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE ESCOLAS DE EDUC. INFANTIL	
4.4.90.52 1111.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.600
4.4.90.52 1124.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	61.800
Total do Projeto:	82.400
12 368 1011 1026 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
4.4.90.51 1190.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.500.000
4.4.90.52 1190.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	300.000
Total do Projeto:	1.800.000
12 368 1011 1033 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL EDUCAÇÃO	
4.4.90.51 1211.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	40.000
Total do Projeto:	40.000
12 365 1011 1034 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	
4.4.90.52 1211.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000
Total do Projeto:	20.000
12 361 1011 1035 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE ESTRUTURA ESPORTIVA EM ESCOLAS	
4.4.90.51 1111.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	88.300
4.4.90.51 1125.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000
Total do Projeto:	188.300
12 361 1011 2056 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO - FNDE	
4.4.90.52 1124.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.450
Total da Atividade:	15.450
12 361 1011 2058 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNDE	
4.4.90.52 1124.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.408
Total da Atividade:	5.408
12 368 1011 2060 MANUT. DO FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL - OUTRAS DESPESAS - 40%	
4.4.90.52 1113.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.600
Total da Atividade:	20.600
12 368 1011 2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
4.4.90.52 1111.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.815
Total da Atividade:	10.815
12 368 1011 2064 COFINNCIAMENTO DOS PROGRAMAS DO FNDE	
4.4.90.52 1121.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.075
Total da Atividade:	1.075

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
11.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12 365 1011 2065 COFINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - 60% E 40%	
4.4.90.52 1111.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.815
4.4.90.52 1113.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.300
4.4.90.52 1124.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.815
Total da Atividade:	31.930
Total da Unidade:	2.767.741

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
12.000 SECRETARIA DE ESPORTE E LASER	
27 812 1013 1027 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	
4.4.90.51 1001.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	7.654
4.4.90.51 1510.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	20.600
4.4.90.52 1510.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.600
Total do Projeto:	48.854
<hr/>	
27 812 1013 1028 REFORMA DO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL	
4.4.90.51 1510.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	108.150
Total do Projeto:	108.150
<hr/>	
27 812 1013 2066 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.103
Total da Atividade:	5.103
<hr/>	
27 812 1013 2067 MANUTENÇÃO DO CAMPO MUNICIPAL DE FUTEBOL	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.006
Total da Atividade:	9.006
<hr/>	
27 812 1013 2068 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.006
Total da Atividade:	9.006
Total da Unidade:	180.119

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
13.000 SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
23 695 1016 1029 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE TURISMO	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.090
Total do Projeto:	3.090
Total da Unidade:	3.090

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
14.000 SECRETARIA DE CULTURA E ARTES	
13 392 1012 1032 CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTOS	
4.4.90.51 1001.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000
4.4.90.51 1510.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	300.000
Total do Projeto:	400.000
13 392 1012 2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.081
Total da Atividade:	6.081
13 392 1012 2071 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.378
Total da Atividade:	6.378
13 392 1012 2072 MANUTENÇÃO DOS EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RELIGIOSOS DO MUNICÍPIO	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.815
Total da Atividade:	10.815
Total da Unidade:	423.274

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
15.000 SECRETARIA DA MULHER	
14 422 1017 1030 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SEC. DOS DIREITOS DA MULHER	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.090
Total do Projeto:	3.090
Total da Unidade:	3.090

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
16.000 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
02 061 1003 1031 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A PROCURADORIA GERAL	
4.4.90.52 1001.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.090
Total do Projeto:	3.090
Total da Unidade:	3.090
Total Geral:	6.321.243



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 03/08/2021 às 16:06:25 foi protocolizado o documento sob o N° 59337/21 da subcategoria LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias , exercício 2022, referente a(o) Prefeitura Municipal de Catingueira, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Suelio Felix de Alencar.

Meio de Publicação: Diário Oficial do Município

Data de Publicação: 03/08/2021

Documento	Informado?	Autenticação
1) Texto da Lei	Sim	82e01dd7715c09ecf90e58f6c11cf618
2) Anexo de Metas Fiscais	Sim	d3aae00a22b81545dd3ffe8d98eb2277
3) Anexo de Riscos Fiscais	Sim	753c39bb7c1ee6e618ede4e17188d1ce
4) Mensagem de Encaminhamento ao Poder Legislativo	Sim	708334c2695de04235d6956ec5a06ef7
5) Comprovante de Realização de Audiência Pública	Sim	2779c139533ea1db3a96332ae3a85c46
6) Outros Anexos	Sim	c75913aa7a4b62ffe10a36e0e95755ee

João Pessoa, 03 de Agosto de 2021



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB